



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/11/2013

INDICE

| | |
|------------------------------------|---------|
| 1. JORNAL ATOS E FATOS | |
| 1.1. PUBLICIDADE LEGAL..... | 1 |
| 2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 2.1. COMARCAS..... | 2 |
| 2.2. DECISÕES..... | 3 - 5 |
| 2.3. DESEMBARGADORES..... | 6 |
| 2.4. OBRAS / REFORMAS..... | 7 - 8 |
| 3. JORNAL O IMPARCIAL | |
| 3.1. AÇÕES TJMA..... | 9 |
| 3.2. EXECUÇÕES PENAIS..... | 10 |
| 3.3. OBRAS / REFORMAS..... | 11 |
| 4. JORNAL PEQUENO | |
| 4.1. DESEMBARGADORES..... | 12 |
| 4.2. VARAS CRIMINAIS..... | 13 |
| 4.3. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA..... | 14 - 15 |



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO MARANHÃO
TERMO JUDICIÁRIO DA COMARCA DA ILHA DE DE SÃO LUÍS
JUÍZO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE DESAPROPRIAÇÃO

A JUÍZA CLEONICE CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO TITULAR DA 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, NA FORMA DA LEI.

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO – PROC. N.º 40878/2013-
EXPROPRIANTE: ESTADO DO MARANHÃO
EXPROPRIADO: CONSTRUTORA ALCANTARA LTDA

FINALIDADE: Tornar pública a desapropriação do imóvel localizado à Rua Projetada, s/n, Vila Colibri, Recanto dos Vinhais, nesta cidade, por ser declarado de utilidade pública, por meio do Decreto nº 27.418/2011, devidamente publicado em 25 de maio de 2011, para fins de expansão da malha viária estadual, acrescida pela rodovia MA 207 EMA 0010(via Expressa).

ADVERTÊNCIA: O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça e fixado na sede deste Juízo e publicado em jornal de grande circulação por 10(dez) dias.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Des. Sarney Costa, situado na Avenida Professor Carlos Cunha, s/n.º - Calhau, fone: 3194-5423

Dado e passado o presente edital, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 19 (dezenove) dias do mês de novembro do ano dois mil e treze (2013). Eu, Isaura (Belª Isabel Cristina Ribeiro de Oliveira Fialho), Secretária Judicial, o digitei e subscrevi.


Cleonice Conceição do Nascimento
Juíza Titular da 8ª Vara da Fazenda Pública, respondendo pela 2ª Vara da Fazenda Pública

Festival

Para incentivar as bandas de fanfarra e bandas marciais, cultura herdada das antigas marchas militares, será realizado o 1º Festival de Bandas Escolares em Imperatriz. Esses tipos de bandas são comuns em todo mundo e elementos obrigatórios em desfiles de 7 de Setembro no Brasil. O evento será realizado na Praça da Bíblia, a partir das 18h. O festival é organizado pelo Instituto de Projetos Educacionais e Socioambientais – Pes, em parceria com a Prefeitura Municipal de Imperatriz, por meio da Secretaria Municipal de Educação – Semed e Fundação Cultural de Imperatriz – FCI. O festival também tem o apoio da Promotoria Especializada da Infância e Juventude, Promotoria de Justiça do Juizado Criminal, Promotoria Especializada do Meio Ambiente e Educação e Juizado Especial Criminal de Imperatriz e Vara da Infância e Juventude de Imperatriz.

Prefeitura não prova auditoria em aterro

A Prefeitura não comprovou, até ontem, auditoria no Aterro da Ribeira. A Procuradoria do Município alegou não ter sido oficialmente notificada, mas ainda discutirá o fechamento do aterro com o MP. **Cidades 1**

Prazo se encerra e Prefeitura não entrega relatório sobre aterro

Procuradoria Geral do Município alega não ter sido notificada oficialmente sobre o assunto, mas vai realizar segunda-feira uma reunião com representantes do Ministério Público para tratar do fechamento do Aterro da Ribeira

A Prefeitura de São Luís não cumpriu o prazo de 10 dias dado pela Justiça para a entrega de documentos administrativos que comprovem o cumprimento de sentença proferida em maio de 2008, que determinou a realização de auditoria ambiental no Aterro Sanitário da Ribeira. Ontem, a Procuradoria Geral do Município (PGM) informou que não foi notificada oficialmente sobre o assunto. Na segunda-feira, dia 25, representantes do MP e da Prefeitura de São Luís se reúnem para discutir o fechamento do aterro.

Por meio de nota, o Município informou que, apesar de a PGM não saber do prazo estipulado pela Justiça, foram tomadas iniciativas para discutir o assunto com os órgãos envolvidos: PGM, secretarias municipais de Meio Ambiente (Semmam) e Obras e Serviços Públicos (Semosp) e Ministério Público Estadual (MP). A discussão acontecerá na segunda-feira, em reunião na sede das Promotorias, na Cohama. Serão debatidos o fechamento do aterro e o novo local onde serão despejados os resíduos sólidos produzidos em São Luís.

A Prefeitura ressaltou também que implantará até junho de 2014 a nova Central de Tratamento de Resíduos (CTR). A obra já está com 90% dos serviços concluídos. No mesmo período, será iniciado o tratamento ambiental do Aterro da Ribeira, que passará a receber apenas os resíduos inertes. A mudança se dá pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que determina como prazo para o início das ativida-

des do novo aterro agosto do próximo ano. A Semosp pretende antecipar o início da operação para junho de 2014.

Conforme a nota enviada a **O Estado** pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), o Aterro da Ribeira já passou por várias mudanças desde o início da atual gestão, sendo implantado o sistema de drenagem de águas superficiais e todos os dias são lançados materiais argilosos sobre a superfície do lixo. Com a CTR, o aterro passará por tratamentos específicos no intuito de cessar os impactos ambientais causados após anos de atividade.

Prazo - Na terça-feira, dia 12, o juiz Manoel Matos de Araujo Chaves, que está respondendo pela Vara de Interesses Difusos, estipulou prazo de 10 dias para que a Prefeitura de São Luís encaminhasse à Justiça documentos administrativos que comprovassem o cumprimento da sentença proferida em maio de 2008, que determinava a realização de auditoria ambiental no Aterro Sanitário da Ribeira. Ele determinou ainda, caso a Prefeitura não tenha a documentação requerida, que fossem indicados os nomes dos responsáveis pelo cumprimento da sentença, no âmbito administrativo, no período compreendido de 30 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

A sentença deferida pelo juiz Manoel Matos de Araujo Chaves diz respeito ao julgamento de ação civil pública promovida pelo MP em abril de 1997 contra o Município de São Luís, o Estado do Maranhão e a Coliseu, empresa responsável pela limpeza

pública à época. Em abril de 1997, em decorrência de provas obtidas em inquérito civil, o MP promoveu Ação Civil Pública visando à reparação dos danos causados pelo licenciamento ilegal do Aterro Sanitário da Ribeira, principalmente os riscos para aviação decorrentes da concentração de urubus no cone de aproximação da Área de Segurança Aeroportuária (ASA) do Aeroporto Marechal Hugo da Cunha Machado, no Tirirical, que fica a apenas seis quilômetros do aterro.

Em seu parecer, o Ministério Público afirmou que a solução para os riscos causados pela concentração de urubus em decorrência do aterro da Ribeira dependia da realização de uma auditoria ambiental, conforme judicialmente determinada, e que apontasse soluções técnicas e permanentes para o caso. Também foram sustentadas diversas ilegalidades no licenciamento e na aprovação da localização do aterro sanitário, ressaltando que, desde 21 de maio de 1996, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) já noticiava riscos para a aviação civil decorrentes da concentração de urubus, um problema constante até hoje.

Na Ação Civil Pública, foram feitos quatro pedidos ao Município, entre eles a realização de auditoria ambiental, como condição para a expedição de nova Licença de Operação, e o atendimento à Resolução nº04/1995 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), com a adaptação do aterro de forma a "minimizar os impactos ambientais já

causados e os efeitos atrativos de pássaros".

Liminar - O MP obteve primeira liminar favorável, mas ela foi suspensa pela presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ). Desde então, o aterro passou a ser operado por força de liminar. A ação foi julgada procedente em 29 de maio de 2008 e na sentença foi determinada a realização da auditoria ambiental. No entanto, houve apelação recebida em duplo efeito, conforme decisão da 4ª Vara da Fazenda Pública, em 14 de julho de 2008. Tal situação manteve o funcionamento do aterro também por liminar.

Em 24 de setembro de 2009, a 1ª Câmara Cível do TJ manteve a sentença em sua integralidade e em 6 de julho de 2010 foi determinado o cumprimento da sentença e, a partir dessa data, a auditoria ambiental teria de ser realizada. Contudo, o Município de São Luís nada informou à Justiça estadual sobre o cumprimento da sentença, o que motivou mais quatro petições do Ministério Público requerendo o cumprimento da sentença.

Biaman Prado



Constante presença de urubus na área do Aterro da Ribeira, próximo ao aeroporto, é motivo de preocupação

Saiba mais

O **Aterro da Ribeira**, localizado no Distrito Industrial de São Luís, está em operação há cerca de 15 anos e recebe aproximadamente 1,3 mil toneladas de lixo por dia. Distante cerca de sete quilômetros do aeroporto da capital maranhense, o lixão representa

riscos à segurança aeroportuária, uma vez que, no entorno do terminal, há grande concentração de urubus. Fora isso, há ainda riscos à saúde pública com o lixão ao ar livre, oferecendo riscos de contaminação para o ar, solo e lençóis freáticos.

Números

1997

foi o ano em que começou a polêmica judicial do aterro

2008

foi o ano em que foi proferida sentença obrigando o Município a realizar auditoria ambiental

1.350

toneladas são recolhidas diariamente por dia na Ilha

1,74 kg

é a média de lixo produzido por habitante em São Luís

- **O desembargador** Marcelo Carvalho será o plantonista do Tribunal de Justiça neste fim de semana, conforme Portaria nº 21/2013, assinada pela vice-presidente da Corte.

Prefeitura não prova auditoria em aterro

A Prefeitura não comprovou, até ontem, auditoria no Aterro da Ribeira. A Procuradoria do Município alegou não ter sido oficialmente notificada, mas ainda discutirá o fechamento do aterro com o MP. **Cidades 1**

Ação de bancada

Parlamentares da bancada do Maranhão no Congresso Nacional, coordenada pelo deputado Sarney Filho (PV), ouviram quarta-feira os pleitos de vários setores para a realização de programas com recursos de emendas no Orçamento de 2013. Por exemplo, o reitor da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), José Augusto Silva Oliveira, quer a liberação de recursos para a construção de prédios e para infraestrutura das unidades. Ele destacou a necessidade de expandir a educação para o interior do estado. "Hoje, 75% das vagas que temos para o próximo vestibular estão no interior", afirmou Sarney Filho.

Participaram da reunião o senador João Alberto (PMDB) e os deputados Carlos Brandão (PSDB), Cleber Verde (PR), Costa Ferreira (PSC), Domingos Dutra (Solidariedade), Francisco Escórcio (PDB), Hélio Santos (PSDB), Lourival Mendes (PTdoB), Pinto Itamaraty (PSDB), Professor Sétimo (PMDB), Simplício Araújo (PCdoB), Waldir Maranhão (PP) e Weverton Rocha (PDT). Nos próximos dias, os parlamentares definirão os recursos e as emendas coletivas e individuais que serão encaminhadas à Comissão de Orçamento.

A reforma do prédio do Tribunal de Justiça do Maranhão, de acordo com a desembargadora Cleonice Freire, é urgente para que o TJ possa prestar um bom atendimento à população.

A procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho, Anya Gadelha, apontou como prioridade a aquisição de uma sede para o MPT. "São 25 anos de funcionamento em uma sede provisória", lamentou a procuradora. O juiz titular da 2ª Vara de Trabalho de São Luís, Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes, pediu recursos do Orçamento da União para a construção do prédio do Fórum Trabalhista de Imperatriz.

O chefe da Embrapa no Maranhão, Valdemício Ferreira de Souza, também solicitou recursos para a construção da sede e aquisição de equipamentos para o laboratório.

É isso aí.

3 O Tribunal de Justiça do Maranhão ocupa a 8ª posição na classificação das cortes judiciárias estaduais no quesito “Tecnologia da Informação”, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O fato é importante e curioso. Até poucos anos, uma parte dos membros do TJ sequer sabia ligar um computador. Escrever, então, era um Deus nos acuda. Agora, tudo mudou. Tem até desembargador blogueiro.

NOSSA VISÃO

A hora do enfrentamento

Nada a ver com a música dos Titãs, mas ela diz uma verdade e faz um alerta: "Polícia é para quem precisa de Polícia". E, paradoxalmente, quem precisa de polícia é a bandidagem, que a desafia cotidianamente e extrapola os limites da realidade. Também a sociedade precisa da presença da Polícia, diante do quadro de violência com a qual se depara e se apavora. Mas, enfim, uma luz no fim do túnel. O governo Roseana Sarney troca o comando da Polícia Militar, exige mais agilidade e planejamento no enfrentamento às fontes de violência. Também autorizou reforço no orçamento de 2014 para a área de Segurança Pública.

A questão da violência no estado tem sido pauta quase diária na Assembleia Legislativa, entre deputado de oposição, bem como no Poder Judiciário, diante das sucessivas fugas de apenados e assassinatos dentro dos presídios. O presidente da Associação dos Magistrados, Gervásio Santos, publicou artigo em que condena a argumentação de que a Polícia prende e a Justiça solta os criminosos. Ele rebate, com a seguinte colocação: "Se a prisão for ilegal, a obrigação do juiz é relaxá-la. E, se assim não proceder, cometerá ele um ilícito".

Em meio ao debate, o novo comandante da Polícia Militar, coronel Zanoni Porto, mudou a rotina da tropa, colocando mais policiais nas ruas, com prioridade nos locais de maior incidência de crimes. Intensificou as blitzes no trânsito. A PM possui o mapeamento do Maranhão, onde se verificam os focos de crimes, bem como as motivações – a maioria, naturalmente, relacionada com o tráfico de drogas, segundo o secretário Aluísio Mendes.

Desde o começo desta semana já é perceptível a presença de um efetivo maior nas ruas e bairros considerados problemáticos no quesito violência. E não há dúvida de que o crime organizado está fazendo jus a essa classificação. Por exemplo: a Polícia Militar

preendeu, em Codó, um foragido da Penitenciária de Pedrinhas, que obteve o direito a àsafda temporária e não mais voltou. Ele portava um revólver e uma cópia do "estatuto" do PCM, o que seria o famigerado Primeiro Comando do Maranhão, uma célula da bandidagem comandada dos presídios de São Paulo.

Diante dessa desdita institucional e coletiva, tudo que a população maranhense não quer é o jogo de empurra entre autoridades e poderes constituídos. Todos, afinal, têm responsabilidade com a segurança pública. E, querendo, podem, sim, contribuir para rebaixar os indicadores de violência. Enquanto persistir a tentativa de se tirar o corpo fora e achar que só o governo pode fazer tudo, as organizações criminosas agradecem.

O momento, portanto, não é de poder acusar poder, mas de cada instituição procurar se integrar à luta por uma segurança coletiva razoável. É impossível banir de vez o banditismo das ruas, mas é possível e urgente combatê-lo eficazmente, todos agindo de mãos dadas, colaborando, discutindo, criticando e, principalmente, descendo do pedestal, para saber como, onde e quando colaborar. O enfrentamento à violência é inadiável, principalmente com a participação dos poderes e da sociedade civil organizada.

O Maranhão, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, tem 6,569 milhões de habitantes e uma tropa policial da PM de pouco mais de 7 mil integrantes. Mesmo com o concurso recente para policiais, no entanto, ainda existe déficit. Afinal, a Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que haja um policial para cada 250 habitantes. Os estados brasileiros estão longe disso. Talvez seja esse um dos fatores do qual se aproveitam a bandidagem para agir. Os pequenos municípios, pelo país afora, ficam simplesmente à mercê da sorte em termos de segurança.

ASSEMBLEIA

Orçamento estadual deve ser votado em um mês

MARCUS SALDANHA

Como já havia previsto o presidente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Maranhão, Alexandre Almeida (PTN), assim que a peça orçamentária chegou na Casa, a votação da proposta deverá ficar para o fim do ano legislativo, cujo recesso está previsto para 22 de dezembro.

Mas já na próxima semana segundo Alexandre já será publicado no Diário Oficial o parecer preliminar. Depois, a Comissão vota e se reúne novamente: "Mas toda hora estamos conversando sobre o assunto. Estamos muito abertos ao diálogo", explica o parlamentar.

Nesta semana, o governo do estado autorizou um aumento de R\$ 70 milhões para a Educação e R\$ 30 milhões para Segurança Pública, mediante cobranças de sindicatos, associações e trabalhadores dos setores.

Na avaliação do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública na rede estadual e municipais de ensino, Júlio Pinheiro, a alteração na proposta é uma vitória da luta dos trabalhadores, porém, o aumento esperado era de R\$ 160 milhões. "Esta era a projeção justa levando em conta o crescimento do PIB. Tirando os

R\$ 23 milhões que foram cortados, o aumento real é de apenas R\$ 47 milhões", avalia Pinheiro.

Ainda segundo Alexandre, a expectativa é que haja também um aumento para o Judiciário. "Ainda não sabemos o valor, mas há a possibilidade de aumento o orçamento para o Ministério Público e Defensoria do Estado", conta.

Para o presidente da Associação de Magistrados do Maranhão, Gervásio Santos, a decisão do governo "reacende as esperanças", uma vez que, segundo ele, o Judiciário não pode prestar um serviço de qualidade com o atual orçamento. "Queremos que seja compatível. Ficamos felizes em conquistar isso que também demonstra a autonomia da Assembleia", disse.

A Associação havia impetrado um mandato de segurança na Justiça para que os cortes ou aumento orçamentário fossem feitos pelos parlamentares na Assembleia. De uma forma geral, demonstraram bastantes insatisfações com os cortes previstos na proposta orçamentária para o Judiciário em 2014.

Apesar da possibilidade de aumento de recursos anunciada pelo deputado Alexandre, Gervásio Santos disse que os magistrados vêm realizando conversas contínuas a respeito de suas propostas.

Marcelo Carvalho responde pelo plantão do TJ-MA

O desembargador Marcelo Carvalho Silva será o plantonista do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) neste fim de semana, conforme Portaria nº 21/2013, assinada pela vice-presidente da Corte, desembargadora Maria dos Remédios Buna (presidente em exercício). No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros. O telefone disponibilizado para o plantão judiciário é o (98) 8815-8344. O servidor plantonista é Mayco Murilo Pinheiro, que pode ser encontrado no celular (98) 8844-9049. O serviço funciona das 18h às 8h, em dias úteis. Nos sábados, domingos e feriados, inclusive os de ponto facultativo, inicia-se às 18h do último dia útil anterior e se estende até as 8h do primeiro dia útil subsequente.

Autor de assassinato na Cajazeiras é condenado a oito anos de reclusão

Jefferson Silva Cantanhede foi condenado, na quarta-feira (20), pelo 1º Tribunal do Júri, a 8 anos de reclusão, pelo assassinato de Francisco Welington dos Santos Paiva. O homicídio ocorreu na Rua das Cajazeiras, no dia 5 de março de 2011, quando a vítima retornava de uma festa.

Segundo a denúncia do Ministério Público, por volta das 2h, Francisco Welington dos Santos transitava pela Rua das Cajazeiras, quando o acusado saindo de um local escuro disparou três

tiros contra a vítima, que foi socorrida por amigos e levada para o hospital, onde morreu.

Jefferson Silva Cantanhede compareceu ao julgamento, no 1º Tribunal do Júri, e confessou o crime. O Conselho de Sentença entendeu que o réu cometeu o homicídio sob domínio de violenta emoção, logo em seguida à injusta provocação da vítima, que o ameaçou de morte.

Na sentença, o juiz Osmar Gomes dos Santos destaca que a conduta social do acusado não é boa,

pois segundo o que foi revelado nos depoimentos, ele sempre se envolveu em brigas e desavenças. Jefferson Silva Cantanhede já foi condenado em outro processo.

O réu está preso há um ano e quatro meses pelo assassinato de Francisco Welington. O juiz manteve a sua prisão e negou-lhe o direito de recorrer da decisão em liberdade.

A pena deve ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, na Penitenciária de Pedrinhas.

(Com Ascom do TJ-MA)

Governo do Maranhão é quem mais responde ações no Juizado Eletrônico

O Poder Executivo Estadual foi a instituição mais demandada no Juizado Especial da Fazenda Pública de São Luís, respondendo por 60% das ações ajuizadas naquela unidade judicial, que adota o sistema de Processo Eletrônico

Judicial (PJe). No Juizado, são autuadas ações cíveis contra o Estado e o Município, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, no valor de até 60 salários mínimos.

PÁGINA 2 [C1]

MA é o estado que mais responde processos no Juizado Eletrônico

O Poder Executivo Estadual foi a instituição mais demandada no Juizado Especial da Fazenda Pública de São Luís, respondendo por 60% das ações ajuizadas naquela unidade judicial, que adota o sistema de Processo Eletrônico Judicial (PJe). No Juizado, são autuadas ações cíveis contra o Estado e o Município, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, no valor de até 60 salários mínimos.

Os processos são protocolados eletronicamente sem a necessidade de deslocamento de advogados ou interessados até o Fórum de São Luís, no Calhau, onde funciona o Juizado.

Para o juiz responsável pela unidade judicial, Silvio Suzart dos Santos, a iniciativa trouxe praticidade àqueles que querem ingressar com uma ação contra um órgão público do Executivo Municipal ou Estadual.

Por ser totalmente eletrôni-

co, o Juizado desburocratiza a tramitação, uma vez que os autos estão sempre online, à disposição dos advogados, podendo ser acessados a qualquer hora, de qualquer local e em qualquer computador com acesso à internet.

“Para nós magistrados também é muito prático, pois podemos despachar o processo de qualquer lugar utilizando o sistema do Processo Eletrônico Judicial”, explica.